

# QUESTÕES SOBRE A AULA



# QUESTÕES SOBRE A AULA

## FASES DA LICITAÇÃO

1. (Questão Inédita – 2021) Para fins da Lei nº 14.133/2021, consideram-se obras e serviços de grande vulto aqueles cujo valor estimado é igual ou maior do que R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).  
Certo ( ) Errado ( )
2. (Questão Inédita – 2021) O processo de licitação observará as seguintes fases, exceto:
  - a) Preparatória.
  - b) Julgamento.
  - c) Apreciação.
  - d) Habilitação.
3. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, as fases do processo licitatório ocorrem, em regra, na seguinte sequência: preparatória; divulgação do edital de licitação; apresentação de propostas e lances, quando for o caso; habilitação; julgamento; recurso e homologação.  
Certo ( ) Errado ( )
4. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.  
Certo ( ) Errado ( )
5. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas obrigatoriamente sob a forma eletrônica, não admitida a utilização da forma presencial.  
Certo ( ) Errado ( )
6. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, é admitido, de maneira excepcional, a realização de processo licitatório de forma presencial. Sendo assim, são requisitos necessário para sua validade, exceto:
  - a) Ato motivado.
  - b) A sessão pública deve ser registrada em ata.
  - c) A sessão pública deve ser gravada em áudio e vídeo.
  - d) A sessão pública deve ser reduzida a termo.
7. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.  
Certo ( ) Errado ( )

8. (Questão Inédita – 2021) A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.
- Certo ( )      Errado ( )
9. (Questão Inédita – 2021) A Lei nº 14.133/2021 versa sobre o “estudo técnico preliminar”, o qual evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.
- Certo ( )      Errado ( )
10. (Questão Inédita – 2021) No que tange ao estudo técnico preliminar, são elementos obrigatórios em seu conteúdo, exceto:
- a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.
  - b) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.
  - c) requisitos da contratação.
  - d) justificativas para o parcelamento ou não da contratação.
11. (Questão Inédita – 2021) Uma inovação disciplinada pela Lei nº 14.133/2021 é a vedação de aquisição aos artigos de luxo em processo licitatório.
- Certo ( )      Errado ( )
12. (Questão Inédita – 2021) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.
- Certo ( )      Errado ( )
13. (Questão Inédita – 2021) A audiência pública é um instrumento de participação social no procedimento licitatório. Tal instituto poderá ser convocado pela Administração Pública com antecedência mínima de:
- a) 5 dias úteis.
  - b) 8 dias úteis.
  - c) 10 dias úteis.
  - d) 15 dias úteis.
14. (Questão Inédita – 2021) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 dias úteis, audiência pública, apenas na forma presencial, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.
- Certo ( )      Errado ( )

15. (Questão Inédita – 2021) O edital deverá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.  
Certo ( ) Errado ( )
16. (Questão Inédita – 2021) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.  
Certo ( ) Errado ( )
17. (Questão Inédita – 2021) O edital de licitação obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, seguintes hipóteses, exceto:
- a) Contratação de obras e serviços de grande vulto.
  - b) Regime de contratação semi-integrada.
  - c) Regime de Contratação direta.
  - d) Regime de Contratação integrada.
18. (Questão Inédita – 2021) O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.  
Certo ( ) Errado ( )
19. (Questão Inédita – 2021) No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.  
Certo ( ) Errado ( )
20. (Questão Inédita – 2021) No que tange a margem de preferência, assinale a alternativa incorreta:
- a) será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
  - b) poderá ser de até 15% sobre o preço dos bens e serviços que não sejam bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
  - c) poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País.
  - d) Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência poderá ser de até 20% (vinte por cento).

## GABARITO

1. E	6. D	11. C	16. C
2. C	7. C	12. C	17. C
3. E	8. C	13. B	18. C
4. C	9. C	14. E	19. C
5. E	10. C	15. E	20. B

## QUESTÕES COMENTADAS

1. (Questão Inédita – 2021) Para fins da Lei nº 14.133/2021, consideram-se obras e serviços de grande vulto aqueles cujo valor estimado é igual ou maior do que R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Certo ( ) Errado ( )

### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre a definição do termo “obras e serviços de grande vulto”. Para respondermos corretamente, é necessário que saibamos a literalidade do art. 6º da lei 14.133./21, o qual versa sobre as definições. A presente questão foi selecionada, pois o conceituado de tal termo será de suma importância no tema “fases da licitação”. Sendo assim, vejamos a literalidade do dispositivo pertinente:

“Art. 6º, XXII:

XXII – obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo **valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)**”

Após compreensão da norma, podemos concluir que as obras e serviços de grande vulto são aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Logo, obrigatoriamente, deverá ser maior do que duzentos milhões de reais, não podendo ser igual.

Gabarito: “Errado”.

2. (Questão Inédita – 2021) O processo de licitação observará as seguintes fases, exceto:
- a) Preparatória.
  - b) Julgamento.
  - c) Apreciação.
  - d) Habilitação.

### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre as fases do processo licitatório. Sendo assim, podemos apontar a leitura do art. 17 da lei 14.133/21, que assim versa sobre o tema:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I – preparatória;

II – de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

Assim, por ausência de previsão legal, podemos verificar que a “Apreciação” não é uma fase do processo licitatório.

Gabarito: “C”.

3. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, as fases do processo licitatório ocorrem, em regra, na seguinte sequência: preparatória; divulgação do edital de licitação; apresentação de propostas e lances, quando for o caso; habilitação; julgamento; recurso e homologação.

Certo ( )

Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre as fases do processo licitatório, mais especificamente sobre sua ordem. Sendo assim, podemos apontar a leitura do art. 17 da lei 14.133/21, que assim versa sobre o tema:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

Do texto legal podemos extrair que a fase de julgamento, em regra, antecede a fase de habilitação, de modo que apenas o vencedor será submetido a tal fase, sendo esse um ponto bastante característico na Lei nº 14.133/2021.

Entretanto, de maneira excepcional, a fase de habilitação poderá ser antecipada, sendo realizada antes das fases de apresentação das propostas e julgamento. Para tanto, será necessário ato motivado, de modo que todos os licitantes participem de tal fase. Vejamos:

“Art.17. 1º A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação.”

Dessa forma, podemos verificar que o comando da questão inverteu as fases de habilitação e julgamento na ordem apresentada, o que torna a questão incorreta.

Gabarito: “Errado”.

4. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Certo ( )

Errado ( )

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal sobre as fases da licitação. Sendo assim, é necessário que saibamos a literalidade do dispositivo legal para respondermos a questão. Sem maiores complicações, vejamos o dispositivo pertinente:

*"Art.17, § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo."*

Repare que a realização do processo licitatório será realizada **PREFERENCIALMENTE** de modo eletrônico. Assim, é possível compreendermos que tal requisito não é obrigatório, podendo tal procedimento ser realizado de maneira presencial, desde que satisfeito os seguintes requisitos:

**\* Ato motivado**

**\* sessão pública registrada em Ata**

**\* sessão pública gravada em áudio e vídeo**

Gabarito: "Certo".

5. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, as licitações serão realizadas obrigatoriamente sob a forma eletrônica, não admitida a utilização da forma presencial.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal sobre as fases da licitação. Sendo assim, é necessário que saibamos a literalidade do dispositivo legal para respondermos a questão. Sem maiores complicações, vejamos o dispositivo pertinente:

*"Art.17, § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo."*

Repare que a realização do processo licitatório será realizada **PREFERENCIALMENTE** de modo eletrônico. Assim, é possível compreendermos que tal requisito não é obrigatório, podendo tal procedimento ser realizado de maneira presencial, desde que satisfeito os seguintes requisitos:

**\* Ato motivado**

**\* sessão pública registrada em Ata**

**\* sessão pública gravada em áudio e vídeo**

Gabarito: "Errado".

6. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, é admitido, de maneira excepcional, a realização de processo licitatório de forma presencial. Sendo assim, são requisitos necessário para sua validade, exceto:

- a) Ato motivado.
- b) A sessão pública deve ser registrada em ata.
- c) A sessão pública deve ser gravada em áudio e vídeo.
- d) A sessão pública deve ser reduzida a termo.

**Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal sobre as fases da licitação. Sendo assim, é necessário que saibamos a literalidade do dispositivo legal para respondermos a questão. Sem maiores complicações, vejamos o dispositivo pertinente:

*“Art.17, § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”*

Repare que a realização do processo licitatório será realizada **PREFERENCIALMENTE** de modo eletrônico. Assim, é possível compreendermos que tal requisito não é obrigatório, podendo tal procedimento ser realizado de maneira presencial, desde que satisfeito os seguintes requisitos:

**\* Ato motivado**

**\* sessão pública registrada em Ata**

**\* sessão pública gravada em áudio e vídeo**

Assim, por ausência de previsão legal, o gabarito só pode ser a letra “D”.

Gabarito: “D”.

7. (Questão Inédita – 2021) Com base na Lei nº 14.133/2021, nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

Certo ( )

Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal sobre as fases da licitação. Sendo assim, é necessário que saibamos a literalidade do dispositivo legal para respondermos a questão. Sem maiores complicações, vejamos o dispositivo pertinente:

*“Art.17, § 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”*

Repare que a realização do processo licitatório será realizada **PREFERENCIALMENTE** de modo eletrônico. Assim, é possível compreendermos que tal requisito não é obrigatório, podendo tal procedimento ser realizado de maneira presencial, desde que satisfeito os seguintes requisitos:

**\* Ato motivado**

**\* sessão pública registrada em Ata**

**\* sessão pública gravada em áudio e vídeo**

Por fim, destacamos:

*“Art.17, § 4º Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.”*

Gabarito: “Certo”.

8. (Questão Inédita – 2021) A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Certo ( )

Errado ( )

#### **Resolução Completa:**



Trata-se de uma questão literal sobre as fases da licitação. Sendo assim, é necessário que saibamos a literalidade do dispositivo legal para respondermos a questão. Sem maiores complicações, vejamos o dispositivo pertinente:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

Gabarito: "Certo".

9. (Questão Inédita – 2021) A Lei nº 14.133/2021 versa sobre o “estudo técnico preliminar”, o qual evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

Certo ( )

Errado ( )

### **Resolução Completa:**

A questão versa sobre o “estudo técnico preliminar”, o qual pode ser assim definido:

“Art. 6º, XX - **estudo técnico preliminar**: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”

Visto sua definição e sua função, destacamos a seguir os elementos desse documento, sendo aqueles destacados em negrito itens obrigatórios:

“Art.18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

**I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;**

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

**IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;**

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

**VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;**

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

*XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;*

*XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;*

***XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."***

Assim, por exata reprodução legal, a questão está correta.

Gabarito: "Certo".

10. (Questão Inédita – 2021) No que tange ao estudo técnico preliminar, são elementos obrigatórios em seu conteúdo, exceto:

- a) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.
- b) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.
- c) requisitos da contratação.
- d) justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

#### **Resolução Completa:**

A questão versa sobre o "estudo técnico preliminar", o qual pode ser assim definido:

*"Art. 6º, XX - **estudo técnico preliminar**: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação"*

Visto sua definição e sua função, destacamos a seguir os elementos desse documento, sendo aqueles destacados em negrito itens obrigatórios:

*"Art.18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

***I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;***

*II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;*

*III - requisitos da contratação;*

***IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;***

*V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*

*VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;*

*VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;*

***VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;***

*IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;*

*X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;*

*XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;*

*XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;*

***XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."***

Gabarito: "C".

11. (Questão Inédita – 2021) Uma inovação disciplinada pela Lei nº 14.133/2021 é a vedação de aquisição aos artigos de luxo em processo licitatório.

Certo ( ) Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

A presente questão deve ser observada com bastante cuidado. Trata-se de uma inovação da Lei 14.133/21, logo provavelmente será objeto de prova. Assim, a lei versa sobre a qualidade dos produtos a serem adquiridos pela Administração, sendo vedado a aquisição de artigos de luxo. Vejamos:

***Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.***

***§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.***

Assim, podemos concluir:

\* Como regra, o itens a serem adquiridos pela Administração devem ter qualidade comum, não sendo essa superior à necessidade para cumprir a finalidade a que se destina.

\* É vedado a aquisição de artigos de luxo.

\* A definição do que é artigo comum ou de luxo deve ser realizada por meio de regulamento editado por cada Poder.

Gabarito: "Certo".

12. (Questão Inédita – 2021) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

Certo ( ) Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

A presente questão deve ser olhada com bastante cuidado. Trata-se de uma inovação da Lei 14.133/21, logo provavelmente será objeto de prova. Assim, a lei versa sobre a qualidade dos produtos a serem adquiridos pela Administração, sendo vedado a aquisição de artigos de luxo. Vejamos:

Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública **deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.**

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

Assim, podemos concluir:

\* Como regra, os itens a serem adquiridos pela Administração devem ter qualidade comum, não sendo essa superior à necessidade para cumprir a finalidade a que se destina.

\* É vedado a aquisição de artigos de luxo.

\* A definição do que é artigo comum ou de luxo deve ser realizada por meio de regulamento editado por cada Poder.

Gabarito: "Certo".

13. (Questão Inédita – 2021) A audiência pública é um instrumento de participação social no procedimento licitatório. Tal instituto poderá ser convocado pela Administração Pública com antecedência mínima de:
- a) 5 dias úteis.
  - b) 8 dias úteis.
  - c) 10 dias úteis.
  - d) 15 dias úteis.

#### **Resolução Completa:**

Com base na Lei nº 14.133/2021, em matéria de licitação, a Administração poderá convocar audiência pública.

Sendo assim, podemos entender que "audiência pública" nada mais é do que um instrumento de participação social no processo licitatório.

Diante disso, vejamos a seguir o dispositivo legal pertinente ao tema:

Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Repare que se tratar de uma faculdade da Administração, tendo em vista que essa poderá, e não deverá. Além disso, a convocação deverá ter um prazo mínimo de 08 dias úteis.

Dessa forma, podemos concluir que o gabarito da questão só poderá ser a letra "B".

Gabarito: "B".

14. (Questão Inédita – 2021) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 dias úteis, audiência pública, apenas na forma presencial, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Certo ( )

Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

Com base na Lei nº 14.133/2021, em matéria de licitação, a Administração poderá convocar audiência pública.

Sendo assim, podemos entender que “audiência pública” nada mais é do que um instrumento de participação social no processo licitatório.

Sendo assim, vejamos a seguir o dispositivo legal pertinente ao tema:

Art. 21. A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, audiência pública, **presencial ou a distância**, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.

Gabarito: “Errado”.

15. (Questão Inédita – 2021) O edital deverá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Certo ( )

Errado ( )

**Resolução Completa:**

Antes de respondermos a questão, se o edital deve ou não conter a matriz de alocação de risco, é necessário que saibamos o que é “matriz de alocação de risco”.

O art. 6º da Lei 14.133/21 disserta sua definição:

“Art. 6º, XXVII - **matriz de riscos**: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:”

*Assim, matriz de alocação de risco é basicamente uma definição dos riscos e das responsabilidades que formam o equilíbrio-financeiro do contrato, de modo que os riscos do contrato sejam estipulados, assim como as responsabilidades de cada envolvido.*

Visto isso, vejamos a seguir se a presença da matriz de alocação de risco no edital é obrigatória ou não:

“Art. 22. **O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.

(...)

§ 3º **Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.**”

Da leitura do texto legal, podemos retirar a seguinte regra:

a) Como regra geral:

A matriz de alocação de riscos é **FACULTATIVA**.

b) Será **OBRIGATÓRIA**:

Quando a contratação se referir:

\* Obras e serviços de grande vulto

\* regime de contratação *integrada* ou *semi-integrada*

Como o comando da questão não especifica o tipo de contratação, entende-se ser a regra geral, de modo que a presença da matriz de alocação de risco no edital não é obrigatória.

Gabarito: “Errado”.

16. (Questão Inédita – 2021) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Certo ( ) Errado ( )

**Resolução Completa:**

Antes de respondermos a questão, se o edital deve ou não conter a matriz de alocação de risco, é necessário que saibamos o que é "matriz de alocação de risco".

O art. 6º da Lei 14.133/21 disserta sua definição:

"Art. 6º, XXVII - **matriz de riscos**: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:"

Assim, matriz de alocação de risco é basicamente uma definição dos risco e das responsabilidades que formam o equilíbrio-financeiro do contrato, de modo que risco do contrato sejam estipulados, assim como as responsabilidades de cada envolvido.

Visto isso, vejamos a seguir se a presença da matriz de alocação de risco no edital é obrigatória ou não:

"Art. 22. **O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.

(...)

§ 3º **Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.**

Da leitura do texto legal, podemos retirar a seguinte regra:

a) Como regra geral:

A matriz de alocação de riscos é **FACULTATIVA**.

b) Será **OBRIGATÓRIA**:

Quando a contratação se referir:

\* Obras e serviços de grande vulto

\* regime de contratação integrada ou semi-integrada

Gabarito: "Certo".

17. (Questão Inédita – 2021) O edital de licitação obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, seguintes hipóteses, exceto:

- a) Contratação de obras e serviços de grande vulto.
- b) Regime de contratação semi-integrada.
- c) Regime de Contratação direta.
- d) Regime de Contratação integrada.

**Resolução Completa:**

Antes de respondermos a questão, se o edital deve ou não conter a matriz de alocação de risco, é necessário que saibamos o que é "matriz de alocação de risco".

O art. 6º da Lei 14.133/21 disserta sua definição:

*"Art.6º, XXVII - **matriz de riscos**: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:"*

*Assim, matriz de alocação de risco é basicamente uma definição dos risco e das reponsabilidades que formam o equilíbrio-financeiro do contrato, de modo que risco do contrato sejam estipulados, assim como as responsabilidades de cada envolvido.*

*Visto isso, vejamos a seguir se a presença da matriz de alocação de risco no edital é obrigatória ou não:*

*"Art. 22. **O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo. (...)*

*§ 3º **Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado."***

*Da leitura do texto legal, podemos retirar a seguinte regra:*

*a) Como regra geral:*

*A matriz de alocação de riscos é **FACULTATIVA**.*

*b) Será **OBRIGATÓRIA**:*

*Quando a contratação se referir:*

*\* Obras e serviços de grande vulto*

*\* regime de contratação integrada ou semi-integrada*

*Dessa forma, por ausência de previsão legal, o gabarito só poderá ser a letra "C".*

*Gabarito: "C".*

- 18.** (Questão Inédita – 2021) O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Certo ( ) Errado ( )

#### **Resolução Completa:**

Trata-se de uma questão literal acerca dos elementos que devem conter no edital. Sendo assim, não há muito o que fazer a não ser compreender a literalidade do texto legal. Sem maiores dificuldades, vejamos o dispositivo legal pertinente:

*Art. 25. **O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.***

*Gabarito: "Certo".*

- 19.** (Questão Inédita – 2021) No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

Certo ( ) Errado ( )



**Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre a margem de preferência, que nada mais é do que um diferencial de preços, admitido nas compras públicas, entre certos bens e serviços, de modo a estimular a produção, o desenvolvimento tecnológico e, portanto, a competitividade da empresa nacional, mediante a utilização do poder de compra do governo.

Visto isso, podemos agora destacar as hipóteses em que são admitidas as margens de preferência na Lei 14.133/21:

Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

**I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;**

**II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.**

Visto as hipóteses de cabimento, vejamos a seguir as condições necessárias para a sua realização:

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).

Gabarito: "Certo".

20. (Questão Inédita – 2021) No que tange a margem de preferência, assinale a alternativa incorreta:

- a) será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso de bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- b) poderá ser de até 15% sobre o preço dos bens e serviços que não sejam bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.
- c) poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País.
- d) Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência poderá ser de até 20% (vinte por cento).

**Resolução Completa:**

A presente questão versa sobre a margem de preferência, que nada mais é do que um diferencial de preços, admitido nas compras públicas, entre certos bens e serviços, de modo a estimular a produção, o desenvolvimento tecnológico e, portanto, a competitividade da empresa nacional, mediante a utilização do poder de compra do governo.



Visto isso, podemos agora destacar as hipóteses em que são admitidas as margens de preferência na Lei nº 14.133/2021:

*Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:*

***I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;***

***II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.***

Visto as hipóteses de cabimento, vejamos a seguir as condições necessárias para a sua realização:

*§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:*

***I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;***

***II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;***

***III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.***

***§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).***

Assim, por contrariar a norma apresentada, podemos verificar que apenas a letra "B" não coaduna com a Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a margem de preferência será de 10% e não 15%. Dessa forma, conclui-se que a letra "B" é o nosso gabarito.

Gabarito: "B".